

Jornal da Constituição

Órgão Oficial de Divulgação da Assembleia Nacional Constituinte

Caderno 2

Constituição: vitória de um povo que sabe o que quer

A partir de hoje, o Brasil passa a contar com uma Carta constitucional, elaborada pela Assembleia Nacional Constituinte, mas, na verdade, resultante da vontade, do esforço e da dedicação de toda a nação, que a ela teve amplo acesso. Será, portanto, o reflexo do perfil de um país que soube expressar os mais caros anseios diante de uma gigantesca epopeia de quase dois anos. A nova Constituição, assim, espelhará o retrato do povo.

O texto agora convertido na nossa Lei Maior incorporou numerosos avanços sociais, incluindo os decorrentes de sugestões oferecidas à Constituinte através de emendas populares, iniciativa, como tantas outras, inédita nos registros históricos alusivos ao processo de elaboração constitucional. Essa, como sabe a nação, foi uma das vias que o Regimento Interno da Assembleia Nacional Constituinte assegurou às nossas comunidades, dentro do espírito de abertura democrática que caracterizou nosso esforço ao longo desses meses.

Essa preocupação, aliás, foi um dos pontos marcantes desde o início das atividades da Constituinte, em fevereiro do ano passado.

Desde aquele momento, a Constituinte, que não dispunha de um projeto de Carta, optou pela criação de uma estrutura orgânica representada por oito troncos denominados comissões temáticas, as quais, por sua vez, se subdividiam em 24 subcomissões, abrangendo os principais temas, de onde se originariam os futuros capítulos da nova Carta.

Pelas subcomissões, que deram a partida a essa estupefante tarefa, verdadeira epopeia na vida nacional, passaram numerosos representantes de entidades de diferentes atividades ou áreas. As entidades que ali compareciam, as personalidades e os técnicos e pensadores convidados, todos, enfim, tiveram o ensejo de formular, diretamente, as suas sugestões e de expor, no conjunto, o quadro brasileiro, em toda a sua realidade.

Na mesma medida em que essas sugestões ganhavam forma e feição de dispositivo constitucional, a Constituinte conheceu diferentes tipos de reações, explicáveis diante da verdadeira perplexidade da gente brasileira.

Os próprios integrantes da Assembleia Nacional Constituinte chegaram a Brasília com um percentual de renovação de aproximadamente 70%, um índice que apenas valoriza o trabalho realizado. Recordar-se a nação que o Congresso Constituinte foi eleito pelo voto democrático e livre das populações e em meio a uma grande expectativa, numa legítima interpretação, como também era visível, da esperança generalizada entre as nossas populações.

Pode-se mesmo afirmar que a nação estava perfeitamente consciente de que o grande momento brasileiro ali estava. E não seria possível entender de outro modo o forte desejo de participação dos diferentes segmentos que se fizeram presentes com análises, contribuições ou sugestões.

Muitos foram, a propósito, os que depositavam confiança até exagerada no texto que então se preparava, acreditando que a futura Carta de pronto solucionaria os problemas brasileiros, a começar pelo fim da crise econômica. E representava um adeus em definitivo a dois pontos em particular: à inflação, que sufoca nosso desenvolvimento, e à colossal dívida externa, que nos intranquiliza. Dir-se-ia que, como num passe de mágica, tudo seria resolvido e a nação se reencontraria de imediato com a normalidade econômica, passando, em consequência, a ostentar níveis de desenvolvimento somente encontrados em países altamente desenvolvidos.

Essa visão enganosa da nova Carta felizmente tende a desaparecer através de um processo de conscientização própria.

Essas subcomissões foram importantes para orientar a consecução do objetivo maior de estruturar um texto capaz de exprimir o pensamento comum da pátria. E transformaram-se, como mostram seus anais, em palco de debates abertos a todas as categorias, interessadas em levar sua colaboração ao trabalho que se estava iniciando. É válido acrescentar que ali se compôs uma verdadeira radiografia do Brasil contemporâneo, com todos os matizes da angústia que caracterizava o país, causada sobretudo pelas distorções de um longo período de autoritarismo.

A face do Brasil foi fielmente retratada por meio de exaustivos debates, com um salutar e democrático confronto de ideias, paralelamente ao propósito, que deve ser encarado com naturalidade, de ver inscritos no texto os direitos sociais e o equilíbrio entre os Poderes da República.

Com a normalidade democrática e com o equilíbrio entre os Poderes da República, o Congresso Nacional passa a ter, pelo novo texto, suas prerrogativas plenamente restauradas. Com isso, volta a ser um Poder efetivo, de direito e de fato, com um papel a cumprir, a partir de sua competência de legislar restabelecido integralmente.

Os novos tempos serão exigentes e não poderão dispensar a presença de um Legislativo forte para a consecução dos objetivos nacionais.

A nova estrutura devolve ao Congresso os meios de que necessita para as funções que lhe foram conferidas, a começar pelo acompanhamento da execução financeira do orçamento da



"Os novos tempos exigem um Legislativo forte e aparelhado: poder efetivo"

União, ao lado das demais funções, dentre as quais as de fiscalização dos atos do Governo.

Como atual presidente do Senado e do Congresso Nacional, asseguro à nação que não pouparemos esforços para complementar os dispositivos destinados ao cumprimento das novas funções legislativas. O Poder Legislativo haverá de se situar como um dos pontos de sustentação política do país, exercendo suas funções com a eficiência reclamada pelo difícil quadro que o país atravessa.

De todos nós, que cumprimos mandatos populares outorgados pelo voto, será exigido intenso trabalho, razão pela qual entendemos que a hora não é apenas de louvação. Pelo contrário, o momento pede intensa dedicação e assim haverá de ser. Já nos preparamos, por exemplo, para dar sequência aos preceitos constitucionais, com a votação de um elenco de leis complementares, a fim de que a nação realmente disponha de um instrumento jurídico à altura dos reclamos populares, de que somos porta-vozes.

O Brasil, até então, era uma Federação apenas no papel, sem que outros dispositivos constitucionais assegurassem seu pleno exercício. As distorções, os equívocos, a hipertrofia do Poder Executivo e uma série de outros fatores e contratempos não permitiam o reencontro do Brasil consigo mesmo. Era preciso mudar. Por isso, a Constituinte foi convocada. Por isso, o povo foi às urnas. Por isso, o traba-

lho comum desenvolvido em Brasília.

A estrutura orgânica da Assembleia Nacional Constituinte permitiu que daquela fase pioneira se passasse a uma outra, já com um esboço do que viria se transformar numa verdadeira Carta constitucional.

Assim, na etapa das comissões temáticas, o futuro texto começaria a delinear-se mais claramente e de forma homogênea e integrada, para se chegar, logo depois, a um primeiro projeto de Carta, submetido ao exame da Comissão de Sistematização, presidida pelo senador Afonso Arinos, um dos maiores valores da nossa vida pública.

Essa fase, a da Comissão de Sistematização, teve, dentre outros, o grande mérito de despertar as atenções de toda a nação, desde que, àquela altura, já se tinha um texto que poderia ser o definitivo.

A Comissão de Sistematização foi incansável. Realizou reuniões diárias. Trabalhou aos sábados e domingos. Nela, o projeto foi exaustivamente analisado. Foram horas a fio de dedicação, acompanhadas de perto pelo relator Bernardo Cabral e a que novamente não faltou a colaboração dos segmentos representativos da sociedade brasileira.

Nesse metódico rastreamento, os grandes temas nacionais foram novamente dissecados, já agora à luz e sob a inspiração de um trabalho que apontava as soluções para o nosso reordenamento jurídico.

Nesse ambiente, com a prioridade do Legislativo conferida aos trabalhos de elaboração constitucional, novamente se desenhou o perfil de uma grande pátria detentora de forte vontade de superar os entraves que dificultam seu desenvolvimento econômico e de que resultaram as distorções sociais e os desequilíbrios regionais.

Com a dedicação praticamente exclusiva dos constituintes a essa tarefa, as atividades legislativas ordinárias da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Congresso Nacional limitaram-se, no período, ao cumprimento apenas das atividades inadiáveis. E, de certa forma, o país todo dedicou-se de maneira exemplar ao grande objetivo nacional.

A pátria já lograra, igualmente pela vontade de seu povo, a implantação da democracia, única forma aceitável no mundo contemporâneo e da qual a nação jamais haverá de se distanciar.

E foi num contexto de plenitude democrática que, juntos, buscamos escrever o novo texto constitucional, complemento indispensável ao prosseguimento de uma escalada de cujo desfecho resultará um novo país, de estrutura moderna, reunindo os pré-requisitos para o desenvolvimento econômico.

O Brasil é uma nação privilegiada.

Temos um território admirável, dotado de extraordinária potencialidade econômica.

Nossas safras são generosas, respondendo ao esforço do homem brasileiro.

O parque industrial aqui existente equipara-se aos de outros países já desenvolvidos.

Nosso litoral oferece condições extremamente favoráveis às atividades portuárias e ao desenvolvimento do turismo.

Não obstante, ao povo não chegam os benefícios diretos a que todos têm direito. Fomos, inclusive, compelidos a amargar os resultados dos desencontros decorrentes do autoritarismo implantado contra a vontade nacional. Essa fase, felizmente, já pertence ao passado e, aí sim, por decisão nacional.

A própria Constituinte foi convocada pela força da conjugação de esforços do povo e do principal partido de sustentação das liberdades, o PMDB, do qual, com orgulho, fui um dos fundadores.

De fato, já não era possível o mero conformismo com uma situação equivocada, em nada parecida com a índole dos brasileiros.

Por isso, a nação levantou-se, com paciência, mas também com firmeza, para proclamar sua vontade. Essa vontade está expressa na letra da nossa Constituição, que vigora a partir de hoje.

A Carta já está em vigor, com sua promulgação solene pelo presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o bravo Deputado Ulysses Guimarães, a quem já tive a honra de chamar de *timoneiro contemporâneo da democracia*, expressão que repito, agora com redobrado orgulho cívico.

O momento, pois, é de júbilo nacional. Júbilo de um país que vê seus esforços plenamente recompensados, ao receber uma nova Carta constitucional.

Ela, como a denominou o próprio Ulysses Guimarães, é, por todos os méritos, uma Constituição-cidadã. É a vitória de um povo que sabe o que quer.

Brasília, 5 de outubro de 1988.

Humberto Lucena
Presidente do Congresso Nacional

Ulysses: 6' Uma sessão histórica"

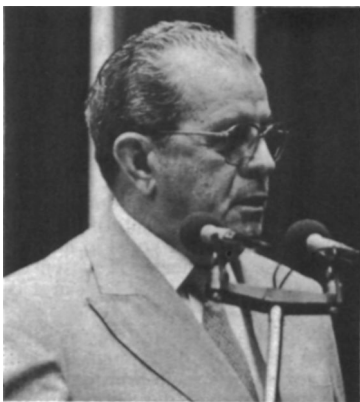
"Encerro esta sessão histórica." Em clima de festa o plenário ouviu o presidente Ulysses Guimarães anunciar o resultado da votação da redação final da nova Constituição brasileira: 474 votos sim, 15 não e seis abstenções.

Mas antes do painel eletrônico registrar o resultado, Ulysses, falando por toda a Assembleia, deu o tom de final feliz da longa jornada de quase 20 meses de elaboração constitucional:

— Chegamos, graças a Deus, ao povo brasileiro e à Assembleia Nacional Constituinte, nós chegamos.

Foi uma sessão tranquila. Mesmo assim o presidente teve de responder às críticas sobre a votação final, prevista pelo regimento como em turno único. Uma vez mais teve de explicar que o plenário foi sempre soberano e lembrar que o regimento é um meio, não um fim. Afinal, todos os dispositivos já haviam passado pelo crivo da maioria absoluta, depois do exame das lideranças que, quase sempre, levaram o consenso ao plenário. A votação da redação final teria, portanto, um caráter confirmatório de todo o trabalho. O fim, segundo Ulysses Guimarães, é o bem, a justiça e isso foi alcançado com o novo texto constitucional.

CONVIVÊNCIA



Em nome do PDS, o constituinte Jarbas Passarinho (PA) ressaltou o importante papel desempenhado pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na elaboração da Constituição, bem como as qualidades do texto produzido. Com a promulgação da nova Carta, disse, estaremos completando a transição do regime autoritário para a democracia plena.

É importante registrar, sustentou o parlamentar, que a convivência entre constituintes de ideologias políticas contrárias e o debate aberto e desarmado foram fundamentais para que se produzisse um texto representativo dos desejos da maioria da população brasileira. "Líderes políticos exilados pela Revolução de 64 e que voltaram ao país após a anistia ajudaram a elaborar a Constituição, lado a lado com aqueles que foram o braço político do referido movimento", acentuou.

A trilha da Constituinte foi aplainada ainda no governo do Presidente Figueiredo, quando o PDS, então partido majoritário, propôs e aprovou a anistia política e o retorno das eleições diretas para governadores e tentou aprovar a convocação de eleições diretas para presidente da República em 1988.

E enfatizou: — A Constituição não tornará o país ingovernável, mas exigirá mais talento dos governantes. E queira Deus que as dificuldades geradas não armem o braço daqueles que se opõem aos avanços consagrados na nova Carta. Ninguém, após sua promulgação, pode se arrojar o direito de se insurgir contra ela, porque ela representa os anseios da maioria expressiva da população.

INOVADORA



Pelo PSDB, o constituinte Fernando Henrique Cardoso (SP) destacou que os principais avanços

conquistados na futura Constituição são o mandado de segurança coletivo, o *habeas-data*, a reforma tributária e a descentralização do poder político, com o respectivo fortalecimento dos estados e municípios. O conjunto de medidas inovadoras vai permitir ao país, afirmou, equiparar-se às democracias desenvolvidas no que diz respeito aos direitos do cidadão.

O constituinte agradeceu a todos que tornaram possível a futura Carta, desde os funcionários do Congresso, que tanto e tão denodadamente trabalharam, até as diversas entidades "que trouxeram à Constituinte as suas reivindicações mais sentidas". Ele garantiu que a participação popular foi fecunda, mesmo nos momentos em que pareceu conflituosa.

— Não sou corporativista, nem a esse tipo de postura emprestei meu voto, porém, os dispositivos de defesa de interesses particulares constantes da Constituição não chegam a desmerecer os imensos avanços que ela conquistou. Num país desprovido de leis respeitadas como o nosso é natural que os segmentos mais organizados da sociedade queiram ver na Constituição seus direitos consagrados.

"A nova Constituição representa a vontade da maioria e deve ser respeitada", acentuou o constituinte Fernando Henrique Cardoso, para quem o presidente Ulysses Guimarães deve ser o primeiro a denunciar qualquer tentativa de solapar as disposições constitucionais "na calada da noite". "Só através de emendas votadas de forma legítima se poderá mudar o que está aprovado", finalizou.

EQUILÍBRIO



O líder do PFL, constituinte José Lourenço (BA), reconheceu que o novo texto da Constituição brasileira avançou no sentido de assegurar um Estado democrático, com o equilíbrio de forças entre os três poderes, e de garantir direitos e liberdades individuais. Sustentou, no entanto, que muitos dos dispositivos inscritos nos capítulos da ordem social e econômica são de difícil aplicação e até mesmo prejudiciais ao desenvolvimento do país.

Na área social, sublinhou o líder do PFL, o texto revela-se cheio de direitos, sem nenhuma correspondência de deveres, influenciado por uma lógica corporativista, que pretendeu transformar em preceito constitucional interesses específicos e particularizados em detrimento de interesses maiores da nação. Na sua crítica, José Lourenço indagou em que medida o

país terá condições de arcar com esses direitos, em face da realidade de social atualmente existente.

Não obstante, José Lourenço afirmou aceitar a decisão da maioria, destacando que, se as divergências perdem os homens, a fé inabalável no processo democrático, como única maneira de administrar conflitos, reconcilia todos. Manifestou-se otimista quanto ao futuro do país ao afirmar que a democracia restaurada será capaz, "por obra do tempo, de corrigir excessos e sanar omissões na busca firme da aproximação da lei à vida cotidiana dos homens."

GARANTIAS



Ao consignar seu voto favorável ao texto da nova Constituição, o líder do PSB, Ademir Andrade (PA), frisou que a Constituinte conseguiu construir um texto bastante avançado para os dias de hoje. Jamais uma Constituição do Brasil deu tamanhas garantias aos seus cidadãos — disse o parlamentar, embora reconhecendo ter perdido em algumas questões, como nas relativas ao sistema de governo e ao mandato do Presidente José Sarney.

— "Mas ganhamos ao elaborar um texto que consolida o processo democrático, que nos permite avançar, através do processo político e da conscientização popular, para caminharmos em direção a um regime mais justo, o regime socialista de governo" "que representa de fato a liberdade".

Após acentuar que "pela primeira vez na história do país 1/3 dos constituintes defenderam a bandeira do socialismo", o representante paraense prometeu lutar em favor da implantação do parlamentarismo, a partir de 1993.

AVANÇOS



Depois de dizer que se sente honrado por ter participado da elaboração da nova Constituição brasileira, o líder do PTR, Messias

Soares (RJ), considerou o texto "um tanto avançado". "Não é uma Constituição sucinta como gostaríamos que fosse, porém possuidora de alguns avanços sociais. De certa forma, a nova Carta satisfaz ao povo brasileiro, sobretudo no que diz respeito à licença-paternidade, licença-maternidade, turno de seis horas, direito de greve", explicou o constituinte.

Na ótica do parlamentar, a nova Constituição será capaz de transformar a vida do povo brasileiro, "modificando-a para melhor". No seu entender, cabe aos constituintes e ao povo brasileiro a tarefa de fiscalizar a aplicação da Carta Magna para que o Brasil possa viver realmente um estado de direito democrático.

MAIORIA



Justificando a posição do PL favorável ao texto constitucional, seu líder, o constituinte Afif Domingos (SP) declarou que seu partido tem respeito à maioria daqueles que, democraticamente, fizeram prevalecer a sua vontade. "Em democracia devemos respeitar o direito das majorias, embora discordando de muitas das partes da matéria." E acrescentou:

— A nova Constituição é por muitos considerada progressista em termos de uma prevalência da esquerda no seu processo de elaboração. Não concordamos com isto por acreditarmos que direita e esquerda se uniram no passado, dentro de uma visão corporativista, como doutrina e conceito do início do século, que foi a matriz do pensamento político do país no momento que antecedeu a Revolução de 1930. Para ele, é a visão corporativista o arcabouço do Estado brasileiro, que instruiu o pensamento da esquerda e da direita nos últimos 60 anos.

VITÓRIA



"Apesar de tudo, o povo venceu no essencial." Foi o que disse.

o líder do PCB, constituinte Roberto Freire (PE), ao fazer um balanço dos trabalhos da Constituinte é justificar o voto favorável do seu partido ao texto da nova Constituição. Disse ter confiança em que o Brasil, com a nova ordem constitucional, amplie e aprofunde suas possibilidades de tornar-se uma nação democrática e socialmente justa. "Não cometeríamos a infantilidade de reivindicar a nova Carta como patrimônio dos comunistas, mas temos a noção histórica de que nela está parte de nosso ideário no caminho das liberdades democráticas e de uma sociedade mais justa", destacou.

Roberto Freire afirmou, contudo, não ter a Constituição a capacidade de transformar o perfil de uma sociedade e de um estado que convivem, há séculos, com ideologias elitistas e práticas antidemocráticas. Daí a necessidade, a seu ver, de que todos os setores organizados redobrem seus esforços para tornar conhecida a Carta Magna nos seus aspectos mais fundamentais. "Precisamos conscientizar os brasileiros de que ela tem muito a ver com a vida, com a liberdade, para que todos possam defender sua aplicação", disse o líder do PCB.

CONQUISTAS



O líder do PDC, constituinte Siqueira Campos (GO), considerou que o partido, através de extraordinária atuação das suas lideranças e da bancada, em todos os estágios do trabalho constituinte, conseguiu magníficas conquistas para o povo brasileiro. "A certeza de que foi feito, na Constituinte, o melhor para todo o povo. Uma Constituição moderna, inspirada nos princípios da equidade, para a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, será ratificada pela adesão nacional, quando o Congresso continuar na tarefa de aprovar as leis complementares e ordinárias que garantirão vigência à integralidade do texto", garantiu.

Pelo que afiançou o parlamentar, cerca de uma dezena de partidos, de forma direta ou indireta, revelou as mais diferentes preocupações econômicas, políticas e humanísticas, ampliando os direitos sociais e individuais, criando o *habeas-data* e o mandado de injunção, com especial atenção ao problema da mulher trabalhadora, dos menores e dos idosos. Fazendo um apanhado geral do texto, o representante goiano ressaltou que nunca as atribuições do Congresso foram tão explicitadas, que a administração pública aparece racionalizada, com tendência à mais ampla unificação de princípios gerais, e que houve especial

cuidado em ampliar a ação da justiça, com a criação dos juizados de pequenas causas e a institucionalização da assistência judiciária aos pobres e desvalidos.

De acordo com Siqueira Campos, o mais importante, porém, foi o desenvolvimento dado ao Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias que, num largo leque, abrange praticamente toda a vida nacional. É justamente aí, declarou, que se acha atendida uma reivindicação do PDC, substanciada no art. 13, que cria o Estado do Tocantins, "tese que defendi exaustivamente durante 25 anos, tornando possível uma conquista histórica de uma luta de 179 anos".

DEMOCRATIZAÇÃO



Ao justificar o voto contrário do PT na última votação da Constituinte, buscando a rejeição do texto constitucional, o líder Luiz Inácio Lula da Silva (SP) observou que "ainda não será desta vez que a sociedade brasileira, a maioria dos marginalizados, vai ter uma Constituição em seu benefício através da democratização das relações do capital".

— Sabíamos que a nova Constituição não iria resolver o problema de mais de 50 milhões de brasileiros que estão fora do mercado de trabalho, ou da mortalidade infantil no Brasil. Porém, imaginávamos que os constituintes tivessem a sensibilidade de entender que não basta democratizar as questões econômicas.

Para o líder do PT, as questões como a distribuição de renda, a reforma agrária, a manutenção do latifúndio e as relativas aos militares permaneceram intactas e, em alguns casos, retrocederam. "Patrão neste país vai continuar ganhando tanto dinheiro quanto ganhava antes, e vai continuar distribuindo tão pouco quanto distribui hoje", afirmou.

Mesmo que a decisão do partido tenha sido a de rejeitar o texto constitucional, os 16 constituintes do PT irão assinar a Carta, pelo cumprimento formal de sua participação nos trabalhos, explicou o líder. A partir da promulgação, entretanto, segundo Lula, será necessário um trabalho insano para a elaboração e aprovação de legislação ordinária e complementar referente à regulamentação de cerca de 200 artigos da nova Constituição. Para tanto, disse, é necessária a arregimentação dos movimentos populares e sindicais, junto aos partidos progressistas, para manter o Congresso permanentemente pressionado pela sociedade a fim de que a regulamentação

se dê em benefício da classe trabalhadora".

ESTADISTA



O relator Bernardo Cabral, último orador que fez uso da palavra antes da votação da matéria, se associou aos líderes no elogio ao trabalho feito por Ulysses Guimarães na presidência da Constituinte. Considerou o relator que o Presidente Ulysses Guimarães é antes de tudo um estadista do mesmo nível dos maiores do mundo em todos os tempos.

Bernardo Cabral ainda comentou que sua atuação na relatoria teve por objetivo primordial contribuir da melhor forma possível para a grandeza do país. "Insultado, ofendido, injuriado, difamado, caluniado não me omiti, não desertei, já que, de forma obstinada, sabia que o objetivo maior era dar minha contribuição para que o país possa sair da excepcionalidade institucional que marcou no passado, para o reordenamento constitucional que o espera no presente." Ao mesmo tempo, dedicou aplausos a todos os constituintes que, no seu julgamento, souberam patrioticamente manter a Constituinte numa posição de independência e consolidada diante da opinião pública, especialmente os integrantes da relatoria adjunta.

ANACRONISMO



Ainda que manifestando a posição favorável do seu partido ao texto da Constituição, o líder do PC do B, constituinte Haroldo Lima (BA), leu em plenário uma declaração de voto na qual sua bancada critica pontos da nova Constituição e reafirma o compromisso de prosseguir no combate pela modernização e transformação do Estado brasileiro.

Na declaração, o PC do B diz que "a Constituição de 1988 consagra um sistema de poder retrógrado, mantém uma forma autoritária de governo — o presidencialismo —, conserva o anacronismo de um Poder Judiciário total-

mente alheio à soberania popular" além de constatar que "as Forças Armadas continuam a ser instrumento de repressão contra o povo e o regime democrático".

O líder do PC do B, no entanto, reconhece na Constituição "relativos avanços, se comparada às Cartas que o país já teve". E, dentre eles, citou o mandado de injunção, o mandado de segurança coletivo, a jornada de seis horas para turnos ininterruptos, a licença-gestante, o direito de greve, como também liberdade e a unidade sindical.

Mas, depois de relacionar todas essas conquistas, sustentou que não são elas que conformam a feição essencial da nova Carta. "O texto constitucional se expressa fundamentalmente pelo impedimento real de acesso das grandes massas da população ao poder, pelas funções reservadas às Forças Armadas e pelas franquias que concede ao capital estrangeiro. Tí-nhamos consciência de que esta seria uma Constituição burguesa, cuja grande virtude estaria no fato de ser uma Carta mais democrática e progressista e de avançar na liquidação do regime militar", afirmou, para depois dizer que, apesar disso, o PC do B se empenhará pelo rigoroso cumprimento das conquistas nela registradas.



RESPONSABILIDADE

Ao encaminhar a votação do texto final, o líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), lembrou que o seu partido, com 28 constituintes, tem uma grande responsabilidade por tudo o que foi aprovado em plenário. Ele louvou o fato de os parlamentares terem aprovado o dispositivo, a seu ver fundamental, que instituiu a obrigatoriedade de os acordos internacionais passarem pelo Congresso Nacional e lamentou que o Executivo, às vésperas da promulgação da nova Carta, tenha mandado os seus representantes para o exterior em busca de novo acordo com o FMI.

Brandão Monteiro defendeu a necessidade de uma tomada de posição por parte da Constituinte diante das informações da imprensa internacional de que o acordo do Brasil com os bancos credores é lesivo ao país. Para ele, a omissão representaria convívio com o posicionamento do governo Sarney e do ministro Mailson da Nóbrega.

Quanto ao texto constitucional, o líder destacou o seu conteúdo liberal no plano político, o seu caráter descentralizador no plano administrativo e a consagração da defesa do nacionalismo na questão econômica. No setor social, Brandão Monteiro falou do sentido

moderadamente reformista de alguns dispositivos e do seu forte espírito corporativista.

Brandão Monteiro ressaltou que a nova Carta foi fruto de conciliação das elites "que permitiram que o poder econômico, que dominou nas últimas eleições, fosse o ponto fundamental da Constituição". Notou, entretanto, que o processo de votação e discussão do texto foi o mais democrático, com a participação de todos os segmentos da sociedade. E afirmou: "A bancada do PDT pode orgulhar-se de ter contribuído decisivamente para a nova Constituição brasileira, com muitas vitórias, várias derrotas, mas com muita luta e, sobretudo, voltada para os interesses da nação".

DESAFIO



A vigência do novo texto constitucional é o nosso maior desafio, assegurou o líder do PMDB na Constituição, Nelson Jobim (RS), ao encaminhar a votação do texto final. Lembrou ele que, se fazer a Constituição foi uma tarefa difícil, mais trabalhoso será assegurar a sua vigência.

O líder do PMDB asseverou que a Câmara e o Senado serão chamados a responder, no futuro, por funções novas e pelos maiores poderes que lhes foram atribuídos com a nova Carta. Disse que esta irá possibilitar o viver democrático que importa fundamentalmente a competência no viver do Parlamento.

O Parlamento emerge e precisará demonstrar à nação brasileira que tem competência e lucidez para o exercício dos novos poderes que lhe foram outorgados. Serão esses novos poderes o desafio real, pois teremos de responder a eles de forma positiva ou negativa, demonstrando se temos ou não competência para exercer os poderes que a democracia exige das Casas parlamentares.

O líder peemedebista observou que, se o novo texto constitucional falhar, a responsabilidade poderá ser exclusivamente dos parlamentares, "porque nós é que temos a responsabilidde real e política de introduzir a vigência efetiva, a transformação deste texto na realidade concreta das relações individuais e sociais". Frisou que é preciso fazer com que a nação compreenda que o único local possível de se produzir a vontade nacional com lucidez, com autonomia, com curiosidade e certeza é exatamente no Parlamento, que é o ambiente do diálogo e do convívio

vio plural. Nelson Jobim disse estar certo de que a partir da vigência da nova Carta, estará construído o instrumento necessário para que o Brasil seja um país forte e irmanado num futuro democrático.

AVANÇADA



Esta é a Constituição mais moderna e avançada do mundo. Vamos assiná-la com orgulho porque os capítulos da Ordem Económica e da Ordem Social têm a carta do PTB. A afirmação foi feita pelo líder petebista, Gastone Righi (SP), ao encaminhar a votação do texto.

Apesar de ter condenado o Regimento Interno que norteou os trabalhos da Constituinte, "um regimento enganoso e falacioso", o líder petebista lembrou que nunca o povo teve tanta participação na elaboração de uma Constituição e que jamais se dispensou tanto tempo em discussões e debates de temas constitucionais com a participação de todos os segmentos representativos da sociedade.

Gastone Righi creditou ao seu partido a maioria dos avanços e conquistas sociais aprovadas, asseverando que foi o PTB o responsável pela redução da jornada de trabalho, pela garantia de um adicional de 1/3 do salário na remuneração de férias, dentre outras conquistas.

O líder assegurou que, em matéria de direito social e trabalhista, nenhuma outra Constituição foi tão ampla, tão cuidadosa e atendeu tanto à classe trabalhadora como esta.

O representante paulista também enalteceu os dispositivos aprovados nos capítulos da saúde, da ecologia, do meio ambiente, e da educação. Ele lamentou que poucos possam participar da grande festa de promulgação do novo texto constitucional.

RESPEITO



O Constituinte Paulo Ramos (RJ), em nome do PMN, conclamou os constituintes a lutarem por maior respeito ao texto constitucional, que dará ao povo brasileiro, aos trabalhadores o instrumento necessário para fazer prevalecer a democracia no Brasil. Conforme acentuou, a nova Carta prevê a democracia fundamentada na liberdade, mas tendo como sentido a justiça social. "Sem liberdade e justiça social não teremos democracia," insistiu.

Após ter felicitado os constituintes e os partidos políticos pelo trabalho de elaboração da nova Carta, Paulo Ramos disse que durante os 18 meses de duração da Constituinte os parlamentares tiveram oportunidade de conhecer e discutir o Brasil e sua realidade. "O Brasil, apesar de sua indepen-

dência declarada é submetido ao jogo internacional. O país não é soberano" sentenciou o Constituinte ao ressaltar que "é o próprio retrato da fome, da ignorância, da doença, da miséria do povo, do desemprego e do baixo salário".

Paulo Ramos defendeu a realização de profundas transformações para que o país tenha a almejada democracia. "Não a democracia que permite a manifestação de opinião, mas a democracia que, além disso transforme os brasileiros em pessoas humanas, com uma distribuição de renda justa, liberdade e justiça social", enfatizou o parlamentar.

PARTICIPAÇÃO



Pelo PJ, o Constituinte Arnaldo Faria de Sá (SP) enalteceu o caráter democrático que teve o traba-

lho de feitura da nova Carta. Pelas suas palavras, a Constituição teve a participação de todos os grupos interessados em fazer sugestões, apresentar opiniões e trazer preocupações de cada categoria, de cada entidade, de cada associação e, depois, decidiu-se no voto o que seria melhor ou não para constar no texto definitivo.

Comentando especificamente a parte referente à Previdência Social, disse ele que a redação não é das melhores, mas é certamente bastante avançada. Alegou o parlamentar que nenhuma outra Constituição brasileira teve um capítulo integral dedicado ao assunto. Arnaldo Faria de Sá endereçou um elogio também às conquistas obtidas pelos idosos, principalmente no que tange à atualização das pensões e aposentadorias, no prazo de sete meses após a promulgação.

O representante paulista disse que lutou para que esses benefícios sejam concedidos com base nos 36 últimos meses, corrigidos integralmente mês a mês e mandou um recado aos futuros aposentados: aposentem-se logo após 5 de outubro. E garantiu que, de uma forma ou de outra, os pensionistas receberão seus direitos: se não for através da própria Previdência, há a possibilidade de utilização do mandado de injunção para assegurar o benefício.

Luiz Carlos Linhares

O RETOQUE FINAL

Na reta final dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a Comissão de Redação se reuniu durante quatro dias para correções redacionais e sanar erros e omissões. O relator Bernardo Cabral apresentou 138 propostas; o assessor especial para a área de redação, professor Celso Cunha, 297; e os constituintes, 826.

Algumas modificações importantes foram introduzidas no texto final na nova Carta. A que despertou maior polémica se refere ao tabelamento dos juros em 12% ao ano. No texto aprovado no segundo turno de votação, a matéria constava como inciso. Agora, é um parágrafo, o que, segundo entende a maioria dos constituintes, torna o dispositivo auto-aplicável.

Os bancos oficiais e privados estavam proibidos de exercer qualquer outro tipo de atividade como, por exemplo, previdência privada, turismo e seguros. Pela nova redação, as atividades não especificamente bancárias ficam pendentes de autorização para o seu funcionamento, o que será disciplinado por lei.

Foram fixados os direitos trabalhistas dos militares, que tinham sido omitidos no texto aprovado em plenário. Com a correção efetuada, os militares passam a ter férias remuneradas, 13º salário, salário-família, licença-maternidade e licença-paternidade.

Artigo inserido nas Disposições Constitucionais Transitórias diz que caberá à lei estabelecer que bens a União atribuirá ao Distrito Federal. O número mínimo de vereadores nas cidades com mais de cinco milhões de habitantes passou de 33 para 42.

Os vencimentos dos deputados estaduais não terão mais como teto máximo a remuneração dos deputados federais. A Comissão de Redação desvinculou os seus vencimentos de qualquer outro cargo. O limite a ser obedecido será estabelecido em lei.

Outra medida aprovada corrige omissão do texto anterior e determina que o presidente e o vice-presidente da República e também os ministros de Estado paguem o imposto de renda. O estado de defesa seria decretado em face de calamidades naturais de grandes proporções (terremotos, maremotos ou erupção de vulcões). Agora, o estado de defesa será decretado em função de calamidades de grandes proporções na natureza, o que inclui catástrofes nucleares e rompimento de represas.

Na parte que trata da exploração do subsolo, o texto previa que somente com autorização da União seriam exploradas jazidas, minas e demais recursos minerais. A comissão suprimiu a expressão *minas*, argumentando que ela é sinónimo de jazidas, o que gerou polémica, inclusive com protestos da Frente Nacionalista Parlamentar. Foi ainda estabelecido o monopólio da Petrobrás sobre o gás natural.

Ao trocar a palavra "vencimento" por "vencimentos", a Comissão de Redação tornou irreduzíveis as gratificações percebidas pelos funcionários públicos civis, militares, magistrados e membros do ministério público. O Congresso Nacional passa a ter também competência para legislar sobre radio-



Durante muitas horas a comissão cuidou de sanar erros e omissões

difusão. Fixado em dois anos o mandato dos membros da Mesa da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Congresso Nacional.

No encerramento dos trabalhos da Comissão de Redação, o clima era de bom humor, com o Presidente Ulysses Guimarães sendo aplaudido de pé pelos constituintes. Afinal, analisar e deliberar sobre mais de 1.300 propostas sem que o calendário previamente estabelecido fosse alterado era tudo o que Ulysses Guimarães desejava. Foram quatro dias de reuniões da manhã à noite, com os constituintes fazendo as refeições em seus gabinetes e nos restaurantes do Congresso Nacional para que não houvesse interrupções. Sorridente, Ulysses Guimarães destacava o empenho dos membros da comissão e de seus assessores especiais. Ele não se esqueceu de registrar que a última reunião se encerrou às 23 horas e 55 minutos, cinco minutos antes do final do prazo previsto — meia-noite. A nova Constituição do Brasil estava pronta.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente: Ulysses Guimarães (PMDB — SP)
Co-presidentes: Afonso Arinos (PSDB — RJ) e Jarbas Passarinho (PDS — PA)
Relator: Bernardo Cabral (PMDB — AM)
Relatores adjuntos: Adolfo Oliveira (PL — RJ), António Carlos Konder Reis (PDS — SC) e José Fogaça (PMDB — ES)

TITULARES:

PMDB: Bernardo Cabral, Luiz Henrique (SC), Luiz Viana (BA), Marcos Lima (MG), Nelson Carneiro (RJ), Michel Temer (SP), Nelson Jobim (RS) e Ulysses Guimarães
PFL: Humberto Souto (MG), Paes Landim (PI), Ricardo Fiúza (PE) e José Lins (CE)
PSDB: Fernando Henrique Cardoso (SP) e Afonso Arinos
PDS: António Carlos Konder Reis, Jarbas Passarinho e Bonifácio de Andrada (MG)
PDT: Vivaldo Barbosa
PT: Plínio Amada Sampaio (SP)
PTB: Sólton Borges dos Reis (SP)
PL: Adoldo Oliveira
PDC: José Maria Eymael (SP)
PCB: Roberto Freire (PE)
PC do B: Haroldo Lima (BA)
PSB: Ademir Andrade (PA)

ASSESSORES ESPECIAIS: Celso Cunha, na parte redacional, e o jurista José Afonso da Silva

O povo acreditou. Eganhou

Numa das mais belas imagens já construídas em torno da Assembleia Nacional Constituinte, o mestre Afonso Arinos de Mello Franco, presidente da Comissão de Sistematização, comparou-a ao sudário que Verónica usou para enxugar o rosto de Cristo a caminho do Calvário. Disse o senador que assim como aquele pedaço de tecido gravou a face e o sofrimento de Cristo, a Constituinte estava retratando a própria imagem sofrida do povo brasileiro. De fato, a participação da sociedade na elaboração da Carta que acaba de ser promulgada foi algo inédito na história constitucional brasileira e teve o mérito de colocar nas linhas da Carta toda a mensagem de um povo, como soma dos anseios e sugestões dos diferentes setores do universo social.

Os brasileiros foram chamados a opinar e não se fizeram de rogados, ao contrário, souberam aproveitar muito bem a oportunidade, convertendo-a em eficaz instrumento de aproximação entre a sociedade e o poder constituinte. Foram várias as formas de contribuição popular à feitura da nova Carta, mas duas delas se destacaram pela amplitude e pela eficácia: o oferecimento de emendas nascidas diretamente do seio da comunidade — as emendas populares — e a prática continuada da pressão sobre a ANC, através de grupos organizados, os chamados **lobbies**, que deixaram de ser apenas tema de polêmica para consolidar-se como um canal livre de manifestação da vontade nacional.

A movimentação da sociedade em torno da ANC foi um capítulo à parte na história da Carta constitucional de 1988. Ela registrou lances emocionantes e se caracterizou, principalmente, pela continuidade. Se de um lado a participação através das emendas populares mobilizou mais de 12 milhões de brasileiros — quase 10% da população —, de outro a presença direta do povo dentro e fora do edifício do Congresso Nacional é algo quase inarrrendável por palavras, mas

perpetuado nas centenas de fotos que ilustraram o **Jornal da Constituinte** e os jornais de todo o País. Trabalhadores, donas-de-casa, estudantes, agricultores sem-terra e proprietários rurais, pensadores, cientistas, artistas, aposentados, crianças, deficientes físicos, funcionários públicos, bancários, índios, avelados, enfim, quase todas as parcelas das sociedade brasileira se misturaram na grande praça que existe diante do Congresso Nacional, revivendo, nela, a Agora dos gregos; ou se comprimiram nos muitos corredores e saguões do edifício da Constituinte para propor, cobrar, pedir, exigir e mostrar como vivem e de

que precisam. Foi como se todos os espaços mais próximos dos constituintes se convertessem em passarelas por onde o povo desfilou suas angústias e anseios. Da mesma forma, as paredes foram usadas como painéis onde, por meio de cartazes, centenas deles, cada segmento social transmitia a sua mensagem. E muitas vezes houve risos. Outras tantas, houve lágrimas. Mas os risos e as lágrimas se fundiram, sempre e sobretudo, numa manifestação de esperança. Os microempresários e os pequenos agricultores sorriram e choraram de emoção ao ver cancelada a correção monetária sobre os débitos por eles assumidos na época do Plano Cruzado. Os jovens festejaram ruidosamente a conquista do voto aos 16 anos; os índios dançaram, fizeram paje-lanças, cantaram e marcaram uma das presenças mais constantes na ANC, assim como as mulheres de todas as camadas sociais, na busca de novos direitos. A Assembleia Nacional Constituinte soube despertar na consciência brasileira a convicção de que fazer pressão é uma forma válida e democrática de reivindicar, acima de preconceitos e discussões acadêmicas. O povo foi chamado, foi lá e deu o seu recado. Por isso mesmo, nunca uma Constituição teve tanto a fisionomia de um povo como a que agora entra em vigor e abre ao País os caminhos de um futuro melhor.



Dom Luciano, presidente da CNBB, entregou a Ulysses as emendas da Igreja, com milhões de assinaturas

Nas emendas, a vontade de 12 milhões

As 121 emendas populares encaminhadas à Assembleia Nacional Constituinte resultaram de uma grande movimentação nacional, mobilizando mais de 12 milhões de pessoas das mais diversas categorias profissionais e econômicas e das várias camadas sociais, principalmente as mais humildes. Para a captação dessas emendas, o Regimento Interno da ANC estabeleceu um ritual: as propostas, para serem aceitas, teriam de constar de listas organizadas por no mínimo três entidades associativas legalmente constituídas, que se responsabilizassem pela idoneidade das assinaturas. As listas teriam de conter o nome completo e legível do assinante, seu endereço e título eleitoral, não podendo o cidadão assinar mais do que três propostas. Também seriam aceitas emendas que, não tendo cumprido todas as exigências do Regimento Interno, viessem a ser, posteriormente, subscritas por alguns dos constituintes. Foi o caso, por exemplo, da emenda que, individualmente, recebeu o maior número de assinaturas — um milhão e duzentas mil — versando sobre os direitos da criança e organizada pela Comissão Nacional Criança e Constituinte. Ela foi subscrita pelo constituinte Nilson Gibson. Do total das emendas, 87 cumpriram todas as exigências regi-

mentais e foram prontamente aceitas pelo relator e encaminhadas à tramitação normal, como as emendas dos próprios constituintes.

Ainda de acordo com o Regimento Interno, as emendas populares puderam ser defendidas por um dos signatários de cada uma delas, devidamente indicado pelas entidades coordenadoras da coleta de assinaturas. Isso colocou representantes da comunidade frente-a-frente com os constituintes, produzindo momentos de inteira comunicação entre eleitores e eleitos, além de ensejar lances de profunda emoção, como aquele vivido pelo Plenário quando um índio, Ailton Krenak, coordenador da União das Nações Indígenas, foi à tribuna para defender propostas relativas aos direitos dos índios. Krenak emocionou a Constituinte e o Brasil inteiro quando, enquanto falava, cobriu o rosto com uma pasta preta de genipapo para significar o luto de seu povo diante da situação a que foram relegadas as nações indígenas desde o início da colonização brasileira até os dias atuais.

O trabalho de organização de emendas e coleta de assinaturas destacou a atuação da Igreja Católica que, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, da Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro e de outras insti-

tuições religiosas, conseguiu reunir quase dois milhões de signatários em torno de uma dezena de emendas, muitas delas tratando da questão social, da ordem econômica e da família. Seguiram-se, em volume de assinaturas e em quantidade de temas tratados, as emendas patrocinadas por entidades de trabalhadores.

As emendas encaminhadas à ANC, com seus respectivos temas, número de assinaturas e entidades patrocinadoras são as seguintes: Censura — 30.000 — Sind. Artistas Tec. Espetáculos do Estado de São Paulo; Direitos do Cidadão — 30.000 — Antônio Figueira Fortuna; Ensino Religioso — 66.637 — Ass. Interconfessional de Educação de Curitiba; Educação — 3.785 — Colégio dos Jesuítas de Juiz de Fora; Direitos Humanos — 32.406 — Câmara Municipal de Cuiabá; Direitos da Família, do Menor e do Idoso — 34.240 — Mitra Arquid. do Rio de Janeiro, Caritas Arquid. do Rio de Janeiro e Imperial Irmandade de Nossa Sr* da Glória; Educação, Cultura e Esportes — 30.804 — Mitra Arquid. do Rio de Janeiro, Caritas Arquid. do Rio de Janeiro e Imperial Irmand. Nossa Sr* da Glória; Direitos do Trabalhador — 30.240 — Mitra Arquid. do Rio de Janeiro, Caritas Arquid. do



Os artistas interpretaram com graça, mas com vigor, as angústias e os anseios de todo um povo



Brincar de roda foi a maneira escolhida por professores e estudantes para dar o seu recado à ANC



Essa imagem calou fundo



A solidariedade conjugal



A "Brigada Henfil" satirizou o comércio do sangue



A busca da paz também marcou presença



A professora mostrou que também precisa viver



As garotas da UFERJ fizeram da beleza e da alegria uma arma em defesa da educação superior no País. E foram aplaudidas.



Os trabalhadores fincaram na praça a bandeira de luta



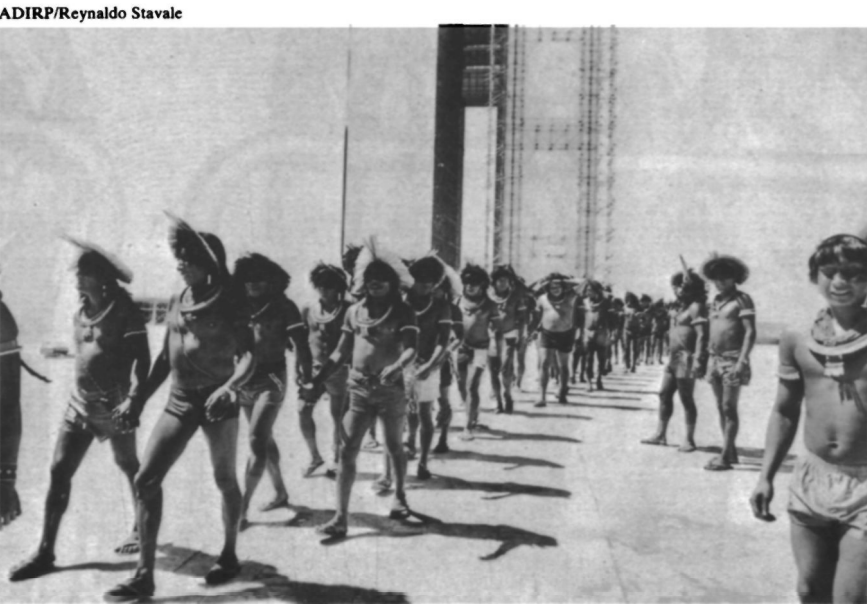
Eles são chamados de inativos. Mas mostraram grande atividade



A ecologia não foi esquecida. E as baleias foram um símbolo



A forte mensagem dos demitidos das estatais convenceu



A solidariedade conjugal

Rio de Janeiro e Imperial Imane). Nossa Sr* da Glória; Educação — 749.856 — Conferência Nac. dos Bispos do Brasil, Assoe. Educ. Católica do Brasil e Ass. Brás. Esc. Superiores Católicas; Família — 515.820 — CNBB, Assoe. Educ. Católica do Brasil e Caritas Brasileira; Liberdade Religiosa — 212.462 — CNBB, Assoe. Educ. Cat. do Brasil e Caritas Brasileira; Ordem Econômica — 283.381 — CNBB, Caritas Brasileira e Movimento de Educação de Base; Prática da Mediunidade — 60.458 — Grupo Esp. "Paulo e Estêvão", Centro Esp. "Unidos na Fé" e Centro Esp. "José de Aguiar—Luz e Caridade"; Serviço Público — 15.672 — Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, Caritas, Imperial Imane. Nossa Sr* da Glória do Outeiro; Garantias dos Direitos do Homem e da Mulher — 7.956 — Mitra Arquiepiscopal do Rio de Janeiro, Caritas e Imp. Immand. Nossa Sr* da Glória do Outeiro; Ecologia e Medicina Natural — 3.252 — Inst. Brás. de Medicina Natural, Diretoria e Diretorio João Ladeira de Sena Diretorio Acad. do Inst. de Ciências Biológicas; Saúde Pública — 30.531 — Assoe. Médica de Mato Grosso do Sul; Assoe. dos Sanitaristas e Ass. dos Cirurgiões Dentistas de MS; Aposentadoria das Donas de Casa — 132.528 — Fed. das Assoe. de Bairros de Salvador, Assoe. de Moradores de Plataforma e Assoe. Mulheres de Cosme de Farias; Direitos da Mulher — 42.444 — Rede Mulher SP, Serv. de Informação da Mulher MS e SOS-Corpo PE; Participação Popular — 336.047 — Comis. Brás. de Justiça e Paz RJ, Assoe. Brás. de Empresa e Assoe. Brás. de Apoio à Participação Popular na ANC, SP; Participação Popular — 31.002 — OAB — RS, Ação Democ. Feminina Gaúcha e Sind. Trab. na Ind. de Papel, Papelão e Cortiça de Guaiara, RS; Aposentadoria da Mulher aos 25 anos — 32.040 — Sind. Operários nos Serv. Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão; Sind. Motoristas em Guindaste de Santos, Sind. Empre. Adm. Serv. Portuários de Santos, São Vicente, Guarujá e Cubatão; Monopólio Estatal das Telecomunicações — 111.192 — Fed. Interest. dos Trab. em Emp. de Telec. e Operadores de Mesas Telefônicas, Assoe. Emp. da Embratel — RJ e Sind. Trab. Emp. de Telec. e Op. de Mesa Telef. do Munic. do Rio de Janeiro; Cooperativismo — 46.503 — Org. Coop. do Brasil, Org. Coop. RS e Org. Coop. PB; Criação do Est. de Tocantins — 72.959 — Comitê Pró-criação do Est. Tocantins, Ass. Municípios do Ext. Norte de Goiás e Ass. Munic. Nordeste de Goiás; Imposto sobre a Renda — 30.000 — Assoe. Com. Ind. de Prés. Prudente, Sind. Com. Varejista Prés. Prudente e Sind. dos Bancários de Prés. Prudente; Educação de Jovens e Adultos — 15.520 — Assoe. Serv. do Mobral e Fundação Educarg; Competência Estadual para Legislar sobre Criação de Municípios — 37.400 — Assem. Leg. do Rio Grande do Sul, Assoe. das Comissões Emancipacionistas e Fed. das Assoe. dos Municípios RS; Cidadania — 3.143 — Assoe. Moradores dos Parques Residenciais Ponta Negra/Alagamar, Clube de Mães. "Guiomar Ramos" e Centro Sócio-Cultural e Desportivo Pauferrense; Concurso Público — 2.953 — Assoe. Moradores dos Parg. Res. Ponta Negra/Alagamar, Clube de Mães "G. Ramos" e Cent. Soe. — Cult. e Desp. Pauferrense; Criação do Estado do Iguaçu — 41.234 — Soe. para o Desenv. e Emame, de Iguaçu — OAB — Subseccional de Cascavel e Assoe. Com. e Ind. Cascavel; Assistência Espiritual — 53.212 — Rádio e TV Bandeirantes — Programa 3ª Visão, Igreja Cat. Carismática do Brasil e Assoe. Umbandista e Casa de Caridade "Pai João da Porteira e Caboclo Pena Branca"; Aposentadoria — 19.680 — Assoe. dos Ind. Aposentados e Pensionistas de Volta Redonda, Assoe. Moradores e Amigos B. Sessenta e União Hospitalar Gratuita; Princípios da Livre Iniciativa — 70.000 — Fed. Ind. Est. São Paulo; Centro das Ind. de São Paulo e Fed. Com. Est. São Paulo; Preservação do Sesi e Senai — 424.678 — Fed. Ind. São Paulo, Centro Ind. Est. São Paulo e Fed. Ind. de Brasília; .

Formação de mão-de-obra Profissional — 214.124 — Centro Ind. SP, Liga das Senhoras Católicas e Fed. Espírita SP; Polícia Rodoviária Federal — 75.123 — União do Pol. Rod. DNER, Casa do Inspetor e Assoe. Pol. Fed. do Paraná, Assoe. Nac. da Pol. Rod. Federal; Nações Indígenas — 44.171 — Cons. Indigenista Missionário, Assoe. Nac. de Apoio ao índio e Mov. de Justiça e Direitos Humanos; Populações Indígenas — 41.114 — Assoe. Brás. de Antropologia, Coord. Nac. dos Geólogos e Soe. Brás. para o Progresso da Ciência; Saneamento Básico — 5.502 — Assoe. Bairro Duque de Caxias, Fed. Municipal das Assoe. Moradores de São José do Meriti e Centro Comunit. da Área do Jardim Guandu; Previdência Privada — 340.262 — Assoe. Brás. Ent. Prev. Fechadas da Prev. Privada, Fund. Rede Ferrov. de Seg. Social Caixa de Previd. dos Func. do Banco do Brasil; Desarmamento Nuclear — 62.000 — Soe. Brás. para o Prog. da Ciência, Soe. Brás. de Física e Assoe. Brás. de Antropologia; Indenização aos Municípios por Extração de Petróleo — 2.000 — OAB — Duque de Caxias; Assoe. Com. Ind. Duque de Caxias; Proteção ao Consumidor — 56.000 — Mov. Donas de Casa MG; Mov. Donas de Casa de Nova Lima e Assoe. Comunit. do Bairro Santa Terezinha — BH; Imposto sobre Minerais — 31.239 — Assoe. Brás. de Cidades Mineradoras, Assoe. Munic. Regiões Carboníferas e Prof. Munic. de Itabira; Abastecimento — 45.546 — Sind. Com. Varej. Carnes Frescas SP, Sind. Com. Varej. Carnes Frescas, Gêneros Alimentícios, Frutas, Verduras, Floac. Com. Varej. Carnes Frescas e Derivados; Ciência e Tecnologia — 14.717 — Fed. Nac. Engenheiros, Assoe. Brás. Instituições Pesquisas Tec. e Ind., Coord. Nac. Geólogos; Ensino Público Gratuito — 279.018 — Conf. Prof. do Brasil, Assoe. Nac. Docentes do Ens. Superior e União Nac. dos Estudantes; Saúde — 58.018 — Cons. Fed. de Medicina, Fed. Brás. de Nutrição e Sind. dos Enfermeiros DF; Regime de Governo — 44.632 — Inst. Brás. Monárquico do RS; Círculo Monárq. SP e Cim. Monárq. "D. Pedro Henrique de Orleans e Bragança"; Reforma Agrária — 550.000 — CUT, Assoe. Nac. Coop. Agrícola, Mov. Trab. Rurais Sem-Terra, Comissão Pastoral da Terra; Direitos dos Trabalhadores — 630.714 — CUT, Assoe. Nac. Coop. Agrícolas, Mov. Trab.

Rurais Sem-Terra e Comis. Pastoral da Terra; Ordem Econômica e Social — 173.703 — CUT, Assoe. Nac. Coop. Agrícolas, Mov. Trab. Sem-Terra e Comis. Past. da Terra; Direito de Participação Popular 35.000 — Fed. Trab. Agríc. MG; Sind. Trab. Emp. Telc. e Operadores de Mesas Telefônicas MG, Unibairros; Competência do STF — 39.600 — Soe. Pro-Desenv. Integrado de Rondônia, Sind. Com. Varej. Veículos Rondônia e Fed. Ind. Rondônia; Escola Comunitária — 23.000 — Movimento Defesa dos Favelados, Mov. Negro Unificado e Comis. Justiça e Paz; Direitos dos Aposentados — 58.000 — Fed. Aposent. Pens. SP, União dos Aposent. em Transp. Colet. e Cargas SP e Assoe. Aposent. Pens. Ribeirão Preto; Participação nos Lucros — 42.226 — Assoe. Nac. Func. BB, União Nac. Acionistas Minoritários do BB e Assoe. Antigos Func. BB; Proventos da Aposentaria — 31.094 — Assoe. Nac. Func. BB, Assoe. Nac. Acion. Minoritários BB e Assoe. Antigos Func. BB; Imposto de Renda — 30.864 — Assoe. Nac. Func. BB, União Nasc. dos Acion. Minorit. BB e Assoe. Antigos Func. BB; Reforma Urbana — 133.064 — Fed. Nac. Engenheiros, Fed. nac. Arquitetos e Inst. Arquit. dos Brasil; Criança e Adolescente — 49.751 — Comitê Nac. Brás. da Org. Mundial para Educação Pré-Escolar, Sociedade, Brás., de Pediatria e Fed. Nac. Jornalistas; Saúde da Mulher — 33.338 — Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, União das Mulheres Est. São Paulo e Grupo de Saúde "Nós Mulheres" RJ; Direitos dos Trabalhadores — 272.624 — CUT, Dep. Inter-sind. Assessoria Parlamentar e Central Geral de Trabalhadores; Criação do Est. do Triângulo — 202.577 — Assoe. Vereadores do Triângulo, Assoe. Vereadores Alto Paraíba e Coord. Pró-Criação Est. Triângulo; Preservação do Sesc-Senac — 628-202 — Conf. Nasc. dos Trab. Comércio, Serv. Nac. Aprendizagem Comercial e Serv. Social do Comércio; Pessoas Deficientes — 30.000 — Assoe. Pais e Mestres da Esc. de Educ. Especial "Marly Buisa Chedde", Lion Clube de São Bernardo do Campo e Rudge Ramos; Assoe. Lar Menino Jesus; Planejamento e Desenvolvimento Regional — 40.000 — Assoe. Func. Banco Nordeste do Brasil; Assoe. Func. Aposent. BNB e Sind. Empreg. Estão. Bancários Est. Ceará; Privatização dos Serviços Médicos — 72.501

— Fed. Nac. Est. Serv. Saúde, Assoe. Brás. Medicina de Grupo e Fed. Brás. de Hospitais; Previdência das Estatais e Parlamentar — 41.188 — Sind. Trab. Ind. Extração de Petróleo da BA; Assoe. Mantenedores e Beneficiários da Petrobrás e Assoe. Trab. Portuários de Candeias; Creches — 17.994 — Movimento Luta Pró-Creche, Assoe. Apoio a Creche Comunit. Casa da Vovo e Fundação Fé e Alegria do Brasil; Direito do Trabalhador — 13.549 — Sind. Trab. Rurais MG, Sind. Trab. Ind. Extração de Ferro e Metais Básicos e de Minerais não-metálicos de Patos de Minas, Assoe. Pequenos Produtores do Cerrado; Poder Judiciário — 12.989 — Sind. Trab. Rurais de Patos de Minas, Metabase e Assoe. Peq. Prod. Rurais Cerrado; Reforma Agrária — 12.938 — Sind. Trab. Rurais MG; Metabase e Assoe. Peq. Prod. Rurais do Cerrado; Deficientes Físicos — 48.877 — Assoe. Canoense de Def. Físicos, Escola Especial de Canoas e Liga Feminina de Combate ao Câncer; Proteção à Vida desde a Concepção — 36.054 — Seicho-no-iê para a AL, Seicho-no-iê do Brasil e Cardeal Arcebispo de São Paulo; Serviço Público Estadual — 11.741 — Apeco, Assec. e Assece; Dívida Externa — 41.441 — Conf. Nac. Assoe. Moradores, União Nacional dos Estudantes e União Brás. Est. Secundaristas; Arte — 5.091 — Assoe. Arte-Educadores do DF, Assoe. Arte — Educadores SP e Assoe. Nordeste de Arte-Educadores; Estabilidade para o Trabalhador — 32.425 — Centro das Ind. do RS, Assoe. Empresários RS e Assoe. Dirigentes de Vendas do Brasil; Ensino Gratuito — 40.929 — Fed. Nac. Estab. de Ensino, Sind. Estab. Ensino MG e Sind. Estab. Ensino de Duque de Caxias; Censura — 67.136 — Assoe. Nac. Censores Federais, Assoe. Nac. Serv. Dept. Polícia Federal e Assoe. Nac. Delegados de Polícia Federal; Manutenção da Unidade Territorial da Bahia — 434.316 — Assoe. Baiana de Imprensa, Assoe. Comercial da Bahia e Fed. Ind. do Est. da Bahia; Direitos dos Deficientes — 32.899 — Org. Nac. Ent. Deficientes Físicos, Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes e Assoe. Nac. dos Ostimizados; Estabilidade no Serviço Público — Assoe, dos Téc. em Ciências Contábeis e Administ. de Empresas da Ceergs, Assoe, dos Gerentes e Subgerentes da Caixa Econômica do RS; Assoe. Recreativa dos Caixas da CERS; Diretas-já! — 49.178 — PT,

Sind. Met. São Bernardo do Campo e CUT; Ordem Econômica e Social — 33.000 — Mosteiro de São Bento da Bahia, Assoe, de Pais e Mestres da Comunidade de Saramandália e Assoe. Comunit. União Paraíso; Institutos de Previdência — 25.000 — Inst. Prev. Munic. de São Paulo, Assoe. Pensionistas do Ipem e Assoe. Contadores do Munic. São Paulo; Democratização dos Meios de Comunicação — 32.379 — Fed. Nac. Jornalistas Profissionais, Assoe. Nac. Docentes do Ens. Superior e CUT; Criação de Conselhos Comunitários de Saúde — 1.546 — Conselho Reg. Psicologia da 5ª Região, Brás. de Assoe. Psicologia Aplicada e Assoe. Brás. de Psicologia; Criação do Estado de São Francisco — 47.000 — Coop. Agropecuária Montes Claros, Sind. Com. Varej. e Sind. Médicos de Montes Claros; Segurança Pública — 31.000 — Assoe. Escritores Polícia SP, Assoe. Investidores de Pol. SP e Assoe, dos Papiloscopistas Policiais SP, Entidades de formação de mão-de-obra (Senac-Senai) — 290.752 — Conf. Nasc. da Indústria, Fed. Ind. de Brasília e Assoe. Empresas dos Setores de Ind. Abastec. e Gráfico do DF; Forças Policiais e Corpo de Bombeiros — 23.370 — Assoe, dos Prof. Licenciados da BA, Assoe. Benef. Cultural da Pol. Civil da BA e Sind. Jorn. Profis. da BA; Reforma Agrária — 43.275 — Conf. Nac. da Agricultura, Org. das Coop. Brasileiras e Sociedade Rural Brasileira; Diretas-já! — 96.863 — Fed. Nac. dos Jornalistas, Inst. Arquitetos do Brasil e Fed. Assoe, de Engenheiros Agrônomos do Brasil; Aposentadoria — 32.475 — Fórum Nacional da 3ª Idade, Sind. Met. Est. São Paulo e Sind. Advogados SP; Polícia Pol. Militar GO, Assoe. Militares Inativos GO e Clube dos Oficiais da PM-GO; Organização Sindical — 17.185 — Fed. Nac. Empregados Vendedores e Viajantes do Com. Propagandista e Vendedores de Prod. Farmacêuticos, Sind. Emp. Vend. e Viajantes do Com. SP e Sind. Emp. Vend. e Viaj. do Com. RJ; Populações Negras — 2.074 — Centro Estudos Afro-Brasileiros, Assoe. Cultural Zumbi e Assoe. José do Patrocínio; Previdência social — 31.500 — Fed. Aposent. e Pens. MG, Assoe. Aposent. e Pens. do Alto Paranaíba e Assoe. Trab. Aposent. e Pens. Uberlândia; Tributação e Orçamento — 10.000 — Assoe. Prefeitos SP, Assoe. Paulista de Municípios e União dos Vereadores

do Brasil; Direitos e Liberdades Fundamentais — 10.000 — Assoe. Prof. SP, Assoe. Paulista de Municípios e União dos Vereadores do Brasil; Transportes Coletivos — 25.000 — Coop. Mista dos Trab. da Grande São Paulo, Fed. Soe. Amigos de Bairros e União dos Aposentados de Osasco; Intermediação de mão-de-obra — 36.441 — Fed. Trab. Com. de Goiás, Fed. Brás. das Assoe, de Empresas de Asseio e Conservação e Sind. das Emp. de Asseio e Conservação de Brasília; Aposentadoria dos Bancários e Secutários — 43.000 — Conf. Nac. Trab. nas Emp. de Crédito, Assoe. Profis. dos Empregados em Estab. Bancários de Assis Presidente e Assoe. Profis. Empregados em Estab. Bancários de Assis — SP; Terapêutica Natural — 14.000 — Assoe. Brás. de Terapêutica Natural, Fed. Nac. das Assoe, de Medicina Alternativa Natural e Fundação Cultural do DF; Criação do Estado de Santa Cruz — 31.237 — Câmara Municipal de Jussari, Assoe. Moradores do Bairro de São Caetano e Assoe. Moradores do Bairro de São Pedro em Itabuna, BA; Direitos dos Empregados — 10.402 — Assoe. Prof. dos Empregados Domésticos SP; Assoe. Prof. Emp. Domésticos SC e Assoe. Prof. Emp. Domésticos de Uberlândia; Moradia — 32.231 — Conf. Nasc. das Assoe, de Moradores, Fed. das Assoe. Moradores de BH e Fed. Assoe. Moradores SC; Transportes coletivos — 30.860 — Conf. Nasc. das Assoe. Moradores, Fed. Matrogrossense de Assoe, de Moradores de Bairro e Fed. de Bairros e Favelas de Fortaleza; Forças Armadas — 31.885 — União Nacional dos Estudantes, Conf. Nac. das Assoe, de Moradores e União da Juventude Socialista; Voto Proporcional — 30.548 — Conf. Nac. Assoe, de Moradores, União das Juv. Socialista e Inst. de Cultura Operária e Popular; Monopólio Estatal do Petróleo — 53.334 — Sind. Trab. na Ind. de Destilação e Refinaria de Petróleo, Sind. Trab. Ind. da Extração da BA e Sind. Trab. na Ind. de Dest. e Ref. de Petróleo RJ; Monopólio Estatal do Petróleo — 11.782 — Sindipetro PR, Sindipetro Campinas e Sindipetro São José dos Campos; Ensino Público Gratuito — 8.545 — Diretório Central dos Estudantes e Assoe. Funcionários da Universidade de Caxias do Sul Sindicato dos Professores de Caxias do Sul.

Paulo Neves

ADIRP/Rcynaldo Stavale



Mãos dadas, braços erguidos, olhares cansados mas felizes. Os jovens, que exerceram com entusiasmo o instrumento da pressão, festejam, ao final, a conquista do voto aos 16 anos

Ah, se não fossem estes "bastidores" ^{> f}

A Constituição, com 315 artigos, não ficou longa como denunciavam os seus críticos. Mas, o trabalho de elaborá-la foi enorme, embora gerasse satisfação entre todos os envolvidos no processo: parlamentares e funcionários do Legislativo. Seria difícil expressar em números o que foi impresso, taquígrafado, computado, pesquisado, assim como igualmente complexo seria exprimir como e quantas vezes se fez imprescindível a assessoria dos vários organismos internos do Congresso. Nessa página e nas duas seguintes,

o **Jornal da Constituinte** faz um resumo das atividades de todo o sistema de apoio ao trabalho constitucional, começando pelo Cegraf — Centro Gráfico do Senado Federal — e chegando à atuação do Centro de Processamento de Dados do SF — Prodasem, da Taquigrafia, da Biblioteca e da Assessoria Parlamentar. Finalmente, outra matéria analisa a atividade dos núcleos de apoio logístico aos **trabalhos constituintes**. A elaboração da VII Constituição brasileira veio revelar que o **Poder Legislativo** dispõe de um corpo de

funcionários da mais alta competência, capaz de acompanhar um processo legislativo dinâmico. Esse fato não chegou a ser uma surpresa, mas constitui-se em agradável constatação para quem vinha servindo a um Congresso reprimido há muito tempo e passará, daqui para a frente, a assessorar os debates e deliberações de um poder forte e independente. Nesta e nas páginas 10, 11 e 12, um balanço de toda a atividade dos serviços de apoio.



Ivette, da Câmara



Leonice, do Senado

Documentação e informação

"Os suportes documental e informativo das unidades específicas das duas Casas, foram profundamente dinamizados durante o período da Assembleia Nacional Constituinte em que se tornaram necessários, inclusive, plantões noturnos para satisfazer às necessidades dos usuários." A informação é de Aristeu Gonçalves de Melo, diretor do Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, lembrando que a rotina de seu setor foi profundamente alterada, principalmente com a instalação do Programa Constituinte e seus projetos específicos.

"Um deles que resultou na assinatura de um protocolo de intenções por parte da presidência da Assembleia Nacional e do Ministério da Cultura, destinado a selar um compromisso de trabalho conjunto, tendo como executores a Fundação Pró-memória e o Centro de Documentação e Informação e que resultou na instalação da Sala da Constituinte, que funcionou na Biblioteca da Câmara", lembra Aristeu Gonçalves de Melo. Segundo ele, nesta sala foram colocados à disposição dos constituintes acervo documental e servidores capacitados a um atendimento especializado abrangendo pesquisas inclusive em banco de dados. Como é o caso de Normas Jurídicas (NJUR) cp., referência a todos os textos legais editados no país desde 1946; o de Livros e Periódicos (BIPE), contendo referências aos documentos dos acervos

das bibliotecas de cerca de dez órgãos públicos e o de Matérias Legislativas (MATE) com informações sobre a tramitação legislativa desde 1972.

HISTÓRIA

Outro empreendimento de grande alcance, de acordo com Aristeu Gonçalves de Melo, sob o aspecto documental, que o Centro de Documentação e Informação encaminhou, foi o projeto de História Oral, destinado a formar um acervo de depoimentos para complementar os registros tradicionais, dirigidos exclusivamente aos pesquisadores do futuro. A partir deste projeto foi criado o Núcleo de História Oral da Assembleia Nacional Constituinte, com atribuições de desenvolver um programa de entrevistas destinado a colher o testemunho de políticos das diversas correntes partidárias e demais personalidades da vida pública brasileira. "Os documentos gravados e transcritos,



Aristeu: banco de dados

com as páginas rubricadas pelos respectivos depoentes, serão organizados em arquivos como Documento de alto valor histórico, sendo que o depoente poderá requerer a preservação sigilosa, por até 15 anos, de seu depoimento ou somente de parte dele".

Na área editorial, segundo Aristeu Gonçalves de Melo, o ritmo do trabalho esteve intensificado também durante todo o período, tanto com a produção de textos básicos para consultas ou fontes de referências, como na divulgação de todos os documentos de separatas de discursos dos constituintes e, posteriormente, na publicação dos Anais da Assembleia Nacional.

MEMÓRIA

"A Preocupação com a preservação da memória da Assembleia Nacional Constituinte conduziu à criação de um grupo de trabalho destinado à elaboração de normas referentes à publicação dos Anais e organização dos arquivos da Assembleia."

Todo esse esforço, de acordo com Aristeu Gonçalves de Melo, tinha um objetivo fundamental: "A pesquisa da ação da Assembleia Nacional Constituinte, que se tornou mais ágil em face da existência de documentos impressos, cuja relação está sendo elaborada pela Coordenação de Arquivo. Esse instrumento, além de constituir uma forma de controle, viabilizará o acesso às fontes ainda em processo de organização."

Sintetizar em sinais gráficos dezenas, centenas, milhares de palavras com rapidez e fidelidade impressionantes, e depois reverter estes sinais em palavras pode parecer mais uma das proezas da moderna tecnologia da eletrônica ou da informática. Mas não é. Esta mágica é um produto da capacidade de profissionais altamente especializados e dedicados: os taquígrafos.

Foram eles que tiveram sobre os ombros a pesada responsabilidade de fazer o acompanhamento imediato de todos os debates havidos ao longo de 20 meses, nas 24 subcomissões, nas 8 comissões temáticas, na Comissão de Sistematização e no plenário da Assembleia Nacional Constituinte. Tudo isso sem descuidar do registro das sessões da Câmara, do Senado e do Congresso.

O trabalho foi realizado por duas equipes, perfeitamente entrosadas. Uma, a mais numerosa, sob o comando da diretora do Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação da Câmara dos Deputados, Ivette Vieira Pinto de Almeida; outra sob a chefia da diretora da Subsecretaria de Taquigrafia do Senado Federal, Leonice Oliveira Horta Barbosa.

No caso específico da Câmara, segundo Ivette, já no ano de 1985, a Casa havia promovido um concurso público para o preenchimento de 20 vagas, justamente para reforçar o quadro de profissionais, em preparação para a Constituinte. Além do cuidado com o potencial humano, houve a preocupação com a parte do material técnico, tanto assim que o Departamento de Taquigrafia da Câmara teve instalados dois terminais de computadores, operados sob a responsabilidade do Setor de Revisão de Comissões, da Coordenação de Revisão e Redação de Debates. Além disso, o Departamento desenvolveu um programa intitulado "Assembleia Nacional Constituinte — pronunciamento em plenário", a cargo da Seção de História de Debates. Este pro-

grama serviu de elemento para muitos pesquisadores, já que ofereceu as ementas das falas da presidência da Constituinte e dos discursos e outras intervenções dos parlamentares, agrupados por autor e na ordem cronológica.

Terminada a Constituinte, Ivette Vieira preocupa-se, agora, com outra missão, igualmente importante: acompanhar os debates nas comissões permanentes da Câmara, que tiveram seu papel valorizado pela retomada de suas prerrogativas pelo Legislativo. Segundo Ivette, todos estão muito bem preparados para os novos encargos.

MISSÃO

Já a diretora da Subsecretaria de Taquigrafia do Senado, Leonice Horta Barbosa, afirma que Eara ela e seus colegas a Assembleia Nacional Constituinte foi uma experiência altamente gratificante. Ela comandou uma equipe de 135 funcionários, sendo 80 taquígrafos e os demais, pessoal de apoio. Para dar um exemplo do que foi a missão dos taquígrafos, Leonice observa que em apenas dois meses e meio de subcomissões eles realizaram um trabalho equivalente a três anos de acompanhamento normal das comissões do Senado. "Muitos de nós passaram a usar óculos em decorrência do cansaço da visão, outros ficaram estressados e houve até os que tiveram de recorrer a tratamento de médico. Afinal, nós triplicamos a nossa capacidade de trabalho com o mesmo número de profissionais — explica Leonice, para salientar, em seguida, a boa estrutura de aparelhagem colocada à disposição de sua subsecretaria. "Pra gente, foi uma missão que tínhamos de cumprir. E procuramos cumprir bem — arremata, fazendo questão de frisar que o mesmo aconteceu com seus colegas da Câmara.

Humberto Martins

Grande era a missão, maior o entusiasmo

A partir de agora, qualquer país no continente latino-americano que desejar realizar uma assembleia constituinte de caráter popular deverá valer-se da experiência brasileira. O prognóstico não é ufanista nem traduz sentimento de superioridade, mas apenas a constatação de uma realidade ainda há pouco vivida e que se revelou bem sucedida. A experiência inteiramente nova — a deixou clara uma coisa: responsabilidade, competência e dedicação são os ingredientes para o sucesso de toda tarefa, por mais grandiosa e complexa que seja.

E foi o caso da Assembleia Nacional Constituinte. Embora um trabalho não mensurável dentro dos parâmetros matemáticos, alguns números refletem a responsabilidade com que foi realizada, a competência e a dedicação com que se passou da ideia à concretização: um ano, 9 meses e 23 dias de trabalho diário de 4 horas-dia, ininterrupto, isto é, sem o descanso de sábados, domingos e feriados, seria o calendário correspondente às 2.648 horas e 35 minutos de atividades desenvolvidas pela ANC do momento em que instalou as primeiras comissões até o encerramento do segundo turno, em 2 de setembro último. Nestas horas, que são relativas às comissões e plenário, não estão incluídas as muitas outras cumpridas pelo presidente Ulysses Guimarães, lideranças partidárias, relator-geral, sub-relatores, constituintes designados pelos relatores para estudarem a matéria em grupo, e a participação do diretor-geral, do secretário-geral, Diretor legislativo, chefes e assessores que não tinham limite de horário para que os constituintes tivessem o atendimento técnico e administrativo reclamado.

Foram 12 mil sugestões, 26.961 emendas, 40 dias de trabalho, 467 reuniões, 1.109 horas de atividade envolvendo 182 audiências públicas, somente na fase das subcomissões e comissões temáticas. Com a elaboração dos relatórios de cada comissão, 6.417 emendas foram apresentadas a eles. Na fase de funcionamento da Comissão de Sistematização foram realizadas 125 reuniões durante 263 horas de trabalho e a apresentação inicial de 5.624 emendas, e mais 29.487 emendas de plenário, num total de 35.111 propostas. Com a alteração do regimento e a abertura de novos prazos, tramitaram mais 2.045 emendas e 2.277 destaques, tendo o projeto do relator, nessa fase, 1.812 dispositivos. Para a aprovação do Projeto A realizaram-se 119 sessões, com 732 votações em 476 horas e 32 minutos. O Projeto B, contendo 2.059 dispositivos, recebeu 1.844 emendas e 1.744 destaques, que foram apreciados em 38 sessões durante 142 horas e 10 minutos. Todas as propostas apresentadas envolveram o exame preliminar, a numeração, a reprodução para distribuição aos diversos órgãos, o registro em protocolo, a entrega, o

ordenamento para publicação e a publicação. Como foi possível tudo isso quando, muitas vezes, o maior prazo disponível era de 48 horas e se chegou ao recorde de se imprimir o volume completo de um projeto de Constituição em menos de 15 horas?

COMPETÊNCIA E DEDICAÇÃO

"Se isto representa trabalho, competência e dedicação para os constituintes, é preciso lembrar que, junto aos constituintes, estão os funcionários que lhes dão assistência administrativa direta ou indireta para que dispusessem desse material ordenado a fim de facilitar o desempenho de sua atividade", diz Hélio Dutra, diretor legislativo da ANC. Na realidade, o funcionalismo da Câmara e do Senado se viu frente a uma situação inédita, da qual, segundo a maioria dos constituintes, "se saiu inegavelmente muito bem, pois nenhum deles, desde o mais antigo, possuía experiência de uma Constituinte e, no entanto, o desempenho da máquina legislativa e administrativa revelou-se surpreendente. Vários parlamentares chegaram a afirmar que esse desempenho foi importante a ponto de extrapolar o assessoramento técnico-administrativo para chegar, muitas vezes, ao assessoramento de caráter político, com absoluta isenção ideológico-partidária.

Há que se pensar no seguinte: 559 constituintes, 24 subcomissões, 8 comissões temáticas, Comissão de Sistematização, emendas em várias fases, emendas populares (com o acesso ao Congresso de grandes massas populares), publicações, divulgação, prazos regimentais inadiáveis. E, antes da aprovação do regimento, como se organizar os serviços se ainda não havia uma definição quanto ao sistema de trabalho? Os grupos mistos de trabalho, os primeiros a se organizarem, com servidores da Câmara e do Senado, se reuniam para pôr à prova a criatividade. Depois da aprovação do regimento, criaram-se os grupos de apoio com servidores escolhidos dentro de cada órgão da Casa (num total de 1.400), sem prejuízo das atividades normais da Câmara e do Senado. Assim, durante o dia, exerciam a tarefa normal, e em seguida, e até as 23 horas, suas atividades específicas. Já em 4 de janeiro de 87, o diretor-geral da Câmara, Ademar Silveira Sabino, designado logo depois diretor-geral da ANC por ato da Mesa, e como tal, ordenador da despesa, iniciava a mobilização dos setores administrativos da Casa de modo que, em V de fevereiro, quando a Assembleia iniciou seus trabalhos, diversas obras e adaptações já estavam concluídas, os estoques de material de consumo em condições de fornecimento e o material permanente devidamente selecionado.

Formaram-se, então, dois grandes grupos: um para atender a área legislativa, e outro para a



Paulo Affonso: conciliando técnica regental e ação política

Esforço e imaginação foram essenciais para a solução de alguns problemas sérios, como a falta de cadeiras para todos os constituintes. Mas, tudo se resolveu

área administrativa. O secretário-geral da Mesa da ANC, Paulo Affonso Martins de Oliveira, como supervisor-geral dos trabalhos legislativos, estabeleceu a Secretaria Geral junto às comissões. Um mestre no processo legislativo, com mais de 20 anos de vivência no cargo de secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Affonso parecia ter aprendido o dom da onipresença, pois qualquer vacilação em qualquer das comissões e no plenário recebia de imediato tranquilidade esclarecedora de sua presença. Para auxiliá-lo em suas múltiplas tarefas, designou um supervisor, Mozart Viana de Paiva, que, por sua vez, saiu ao mestre: Mozart foi considerado por muitos o funcionário que mais se desdobrou em suas tarefas, sem nunca dar mostras de cansaço ou desânimo.

Competente, eficiente e discreto, Mozart funcionou como o executivo do processo de elaboração da Constituição, comandando uma equipe de cento e cinquenta funcionários, dividida em vários grupos de trabalho. Sempre sob a orientação do secretário-geral, o supervisor acompanhou todas as fases, desde a preparação do regimento Interno até a Redação Final do Projeto de Constituição.

Para se ter uma ideia do que isto significou, basta dizer que o trabalho envolveu o recebimento de todo o material produzido na Constituinte, a coordenação das publicações, a análise de todas as matérias e o exame da correção de cada texto, fosse uma simples emenda ou destaque ou um substitutivo integral.

Importante ainda foi a atuação de Mozart e sua equipe na montagem das planilhas de votação relativas a cada um dos dispositivos ao projeto em todas as etapas de votação.

Além da missão de assessoramento, os grupos de apoio acompanhavam todos os passos dos documentos (emendas, avulsos, etc.) em cada fase do processo legislativo. Cada um de seus integrantes recebia uma cópia do documento e tinha uma missão específica com respeito a ele. Assim, um o examinava, outro oferecia sugestões, outro falava sobre o mérito, outro sobre a redação, de modo que, a qualquer momento que fossem solicitados, todos estavam aptos a prestar informações sobre a matéria.

INFRA-ESTRUTURA

Numa construção, o alicerce fica escondido mas suporta o peso do edifício e sem ele não é possível levantar-se qualquer obra. A imagem é válida para os serviços administrativos da Câmara, sobre os quais recaíram as funções de coordenação, direção e controle funcional das atividades relacionadas com pessoal, material, serviços, orçamento e contabilidade da Constituinte, o que permitiu manter-se todo um suporte logístico para o funcionamento das subcomissões, comissões temáticas, de sistematização e, finalmente, plenário. A Diretoria Geral da ANC, sob a responsabilidade de Ademar Sabino, garantiu uma infraestrutura sólida às atividades legislativas. O ineditismo da situação

não permitiu que houvesse uma preparação nem mesmo a médio prazo. Mais uma vez entrou em jogo a competência em forma de criatividade, que teve como consequência a excelência dos serviços prestados. Houve a apresentação de milhares de emendas, o trabalho de numerosas comissões, sucessivas votações em plenário, intensa movimentação nos gabinetes dos constituintes e demais dependências da Casa, o povo entrando e saindo do Congresso com a formação dos chamados grupos de pressão, e a tudo isso foi dado o respaldo necessário, o suporte silencioso de uma máquina operosa, manejada por mãos hábeis e eficientes. Para muitos funcionários, a jornada de trabalho passou a ser de 12, 14 horas, enquanto outros não conheciam limites às suas atividades.

Cerca de 20 mil pessoas circularam diariamente pelas dependências do Congresso, e o problema de segurança exigiu muita dedicação e espírito público. A Mesa decidiu celebrar um convênio com a Polícia Militar do DF para o policiamento das áreas externas do Congresso. Com isso, liberou agentes de segurança legislativa para o reforço do policiamento interno. Apesar do tumulto natural, formado pelos grupos de pressão, as pessoas interessadas em assistir aos debates constituintes puderam fazê-lo, pois os problemas surgidos foram contornados sem maiores complicações.

Um ponto de fundamental importância foram as providências destinadas a garantir o funcionamento pleno e normal do sistema eletrônico de votação. Conforme informou o diretor-geral, os trabalhos de votação da ANC não poderiam chegar a bom termo com o antigo sistema instalado no plenário da Câmara, em constante pane e paralisação, pois "era um equipamento completamente obsoleto, sem a versatilidade, operacionalidade e velocidade exigidas para o grande esforço que tínhamos pela frente". Havia ainda um outro grande problema: a não existência de lugares para todos os constituintes se sentarem. O déficit era exatamente de 100 lugares. E como cada posto de votação correspondia ao lugar de cada constituinte, como resolver o problema com os 100 constituintes excedentes, no momento das votações? "Partimos então — explica Ademar Sabino — para o projeto de um sistema com configurações completamente nova, aproveitando-se a experiência acumulada há anos, com o sistema antigo. Os programas *software* do novo sistema, deveriam permitir a sua utilização tanto para as votações da Constituinte como numa fase posterior, para as da Câmara e do Congresso. A parte de *hardware* deveria somar versatilidade com velocidade, além de proporcionar maior facilidade de manutenção, através de peças de reposição e componentes do mercado nacional, permitindo ainda, é claro, a possibilidade de utilização de parte do sistema em aplicações úteis à presidência da Casa, à Secretaria Geral da Mesa e à própria administração."

Para resolver o problema dos 100 votantes sem assento no plenário, na hora da votação, foram criados 4 postos de votação avulsos no interior do plenário, e que funcionaram muito bem. Além disso, foram mantidas equipes permanentes tanto por parte do fabricante quanto da Câmara, monitorizando, testando, checando

24 horas por dia todo o desempenho do sistema. "Grande parte dos aplausos pelo sucesso desse empreendimento — ressaltar o diretor-geral — se deve à dedicação da equipe de funcionários do sistema eletrônico de votação, que, em regime de trabalho diuturno, não mediu esforços para não só garantir que tudo corresse bem como para absorver a nova tecnologia que o equipamento nos trazia.

DESAFIO

A curtíssimo prazo e com mais indefinições do que certezas, a Diretoria-Geral se viu diante do desafio de articular os espaços e instalações físicas para abrigar a maior parte das comissões (4 comissões funcionaram no Senado) e subcomissões, além de toda uma estrutura compatível para acolher boa parte da Mesa da ANC, lideranças e vice-lideranças e ainda os órgãos de divulgação, como a Voz da Constituinte, o Jornal da Constituinte, a EBN, a Radiobrás etc. "Não sabíamos ainda como iria funcionar a Constituinte, seu regimento ainda não havia sido discutido e votado, mas tínhamos que nos antecipar e por vezes adivinhar o que viria pela frente", lembra o diretor-geral, para acrescentar: "Sabíamos que o plenário não tinha acomodações suficientes, que o sistema eletrônico de votação era obsoleto, que a central telefônica não dispunha de troncos necessários ao atendimento da demanda esperada, não dispúnhamos nem mesmo de um estúdio de transmissão e gravação, já que o existente no Anexo I da Câmara havia sido desativado em virtude das obras de reforma naquele prédio. E, hoje, veja só, temos um dos mais modernos e sofisticados estúdios existentes em Brasília, através do qual transmitimos o noticiário da Câmara para a Voz do Brasil."

Nun ritmo de trabalho que se estendia pela noite, inclusive dos sábados, domingos e feriados, foram sendo tomadas as providências, tanto as diretamente relacionadas com a ANC como as de caráter geral, como a reforma completa da área ocupada pela antiga Vice-Presidência da República, instalação de assessorias, complementações em gabinetes privativos e outras. Plenário e Anexo II das comissões foram os primeiros a serem atendidos, já que tudo indicava que ali aconteceriam os momentos decisivos da Constituinte. Foi montada toda uma nova estrutura de apoio, como sala de estar, sala de reuniões, posto médico de emergência, toaletes, etc. Instalação especial de iluminação para as transmissões de TV, instalação de detector de armas no corredor de acesso às galerias, diver-



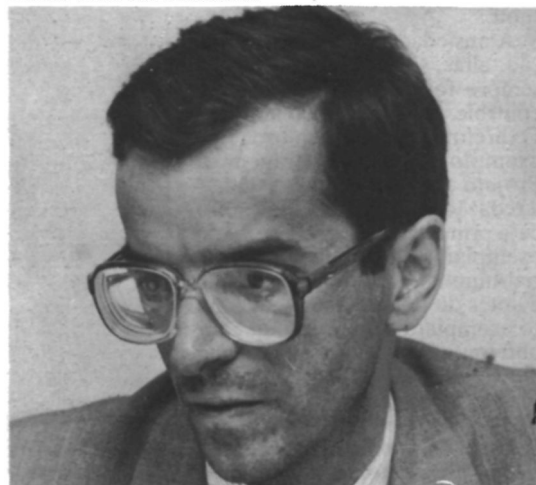
Sabino: comando geral da infra-estrutura

sas melhorias no Comité de Imprensa, revisão completa do sistema de ar condicionado, ventilação e exaustão do plenário, salão de estar para os constituintes, ampliação dos 180 troncos da Central Telefônica da Câmara para 270, criação de vagas de estacionamento privativo para os membros da Mesa da ANC e para o pessoal de imprensa, foram algumas dentre as providências tomadas, a toque de caixa, pela Diretoria-Geração dos setores especializados de eletricidade, carpintaria, telefonia, som, etc, que se chamou Núcleo de Apoio à Constituinte. Plantões permanentes foram mantidos, inclusive aos sábados, domingos e feriados, e nesse grupo contava-se também o pessoal dos geradores, ar condicionado, elevadores, esteiras rolantes, marcenaria, obras, além de uma equipe permanentemente de prontidão, formada por engenheiros, arquitetos e técnicos de diversas áreas.

Em tempo recorde, o Anexo II da Câmara, onde se instalaram as subcomissões e comissões temáticas e a Sistematização, sofreu grandes intervenções físicas, pois



Dutra: alma dos bastidores



Mozart: sinfonias noturnas

o prédio é precário em suas instalações de hidráulica, eletricidade, ar condicionado etc. e na distribuição dos espaços. O auditório Nereu Ramos foi imediatamente adaptado para transformar-se em miniplenário para a Sistematização, com lugares certos para constituintes, imprensa e público. O lay-out dos outros plenários também foi adaptado, novos sistemas de som foram instalados, assim como novo ar condicionado nas Comissões de Relações Exteriores, Finanças e Justiça. Salas foram remanejadas, circuitos elétricos readaptados, linhas telefônicas multiplicadas, já que no prédio se instalavam também os gabinetes do Senador Mário Covas e dos Deputados Bernardo Cabral, Marcelo Cordeiro, Jorge Arbage e outros. Também no Anexo II se instalavam os órgãos de divulgação da ANC (Radiobrás, EBN, JC) e uma copa geral para atender inclusive ao público. Um dos pontos altos das providências foi a instalação de terminais do Prodasen em vários pontos do Anexo II, de acesso ao público, para acompanhamento da legislação pertinen-

te, bem como terminais para atender ao Cedi e à Fundação Pró-Memória.

É indiscutível que a máquina administrativa da Câmara, à qual se associou a do Senado, possibilitou o apoio necessário e indispensável para que os trabalhos da Constituinte pudessem se desenvolver normalmente e chegassem a bom termo. Numa avaliação do desempenho dos servidores recrutados para colaborar nesse trabalho, o diretor-geral disse acreditar que as manifestações do presidente Ulysses Guimarães e de inúmeros parlamentares no encerramento da Constituinte são o melhor testemunho do eficiente trabalho dos funcionários do Legislativo. Já o diretor legislativo, após ressaltar o grande desempenho do Cegraf e do Prodasen ("sem os quais o atendimento ao volume de documentos e a velocidade necessária ao bom andamento da ANC não teria sido possível"), acrescenta: "Se a eficiência dos servidores não foi reconhecida unanimemente pelos constituintes, uma coisa foi: a dedicação."

Maria Valdira

Assessoria: milhares de pareceres

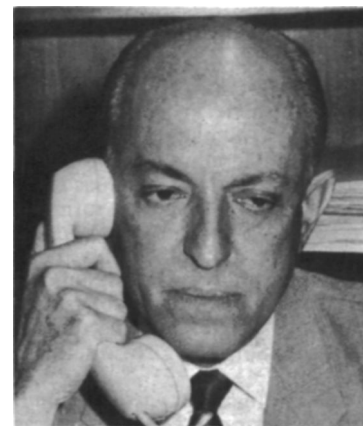
A Assessoria Legislativa acompanhou o trabalho da Assembleia Nacional Constituinte em todos os momentos. O diretor da Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados, Antônio Neuber Ribas, lembra, por exemplo, que o seu setor já estava empenhado nessa tarefa antes mesmo da instalação da Assembleia, quando, por solicitação da Secretaria-Geral, a Assessoria elaborou duas sugestões de anteprojeto de Regimento Interno.

Além disso, Antônio Neuber Ribas lembrou a criação do Núcleo de Apoio à Assembleia Nacional Constituinte, integrado por assessores de diversas especializações, para, na própria Assessoria, dar atendimento aos parlamentares constituintes em regime de três turnos de trabalho diário, inclusive aos sábados, domingos e feriados, sempre que necessário. Quanto ao trabalho inicial das comissões e subcomissões, foram alocados assessores para acompanhar a elaboração dos anteprojeto, obedecendo as especializações profissionais. Da mesma forma houve assessoramento às comissões temáticas nos pareceres às emendas e na elaboração dos substitutos.

Outro momento importante para o trabalho da Assessoria Legislativa, segundo Antônio Neuber Ribas, foi o acompanhamento dado ao relator na elaboração de pareceres às emendas apresentadas à Comissão de Sistematização e nas etapas seguintes. Um grande número delas, aliás, tinha sido gerada na própria Assessoria.

A partir da possibilidade da fusão de iniciativas dos parlamentares, a Assessoria trabalhou intensamente para viabilizá-la. Do mesmo modo, assessores montaram mapas da interjurisdicção de de destaques para orientação antecipada das decisões da Mesa Diretora. No mesmo período houve igualmente elaboração diária de planilhas de votação, contendo a matéria aprovada e rejeitada pelo plenário. Isto tudo foi acompanhado de redação semanal de comentários à matéria aprovada pelo plenário para uso do presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Em todas estas etapas, de acordo com Antônio Neuber Ribas, a Assessoria Legislativa ainda promoveu a revisão dos trabalhos impressos e elaborou requerimentos, projetos de decisão, projetos de resolução, minutas de pronunciamentos e estudos.



Ribas: desde o regimento

Pressão (arterial) sob controle

Os serviços médicos da Câmara e do Senado, dirigidos pelos Drs. Renault de Matos Ribeiro e Luciano Vieira, atendem, habitualmente, com competência e precisão aos parlamentares, funcionários das duas Casas, jornalistas credenciados e seus familiares.

Não pode faltar, entretanto, o registro da sobrecarga de trabalho que esses departamentos enfrentaram durante os 20 meses de funcionamento da Assembleia Nacional Constituinte.

Em primeiro lugar, é preciso registrar que viveu-se, aqui, quase sistematicamente, momentos

de altíssima tensão e de muita emoção. O stress rondou todo o tempo o "novo cotidiano" de constituintes, funcionários e jornalistas. Os serviços médicos funcionaram em plantão permanente, atendendo a toda e qualquer necessidade vinculada à saúde física e mental dos brasileiros, especificamente vinculadas ao trabalho de elaboração constitucional.

Para essa tarefa, os médicos da Câmara e do Senado, as enfermeiras, os assistentes, o pessoal de apoio, os laboratórios, o serviço de raios X, estavam aparelhados.

Seria difícil imaginar, porém, em quanto crescerá a população que viria a frequentar o edifício do Congresso Nacional. Milhares de pessoas aqui estiveram, por aqui circularam e, em nenhum momento, ficaram sem assistência médica. Todos os servidores ligados a estes departamentos tiveram sempre a plena consciência de que a saúde, da nação (sob diagnóstico na Constituinte) dependia da saúde de todos quantos militavam no processo de sua produção.

Os serviços médicos do Congresso são vitais, por vários motivos. Em princípio, a saúde de

tudo ser humano é seu privilégio fundamental, essencial, e por isso a Constituinte optou por um sistema unificado que tente estender este direito óbvio a todos os brasileiros.

A garantia de que os representantes do povo passam trabalhar — ainda que mais de vinte horas seguidas, como aconteceu — é, contudo, importantíssima.

O trabalho constituinte vitimou parlamentares e servidores. Melhor dizer que deixaram o nosso convívio neste período. Lamentamos estas perdas que nenhum serviço médico do mundo poderia evitar.

Cegraf: show de competência na Constituinte

O final dos trabalhos constituintes não significa que tenha acabado o serviço de um dos mais importantes setores de apoio: a Gráfica do Senado. A afirmação é do diretor do Cegraf, Agaciél Maia, que lembrou a jornada diária de 20 a 22 horas que o seu setor terá que enfrentar nos 50 dias seguintes à promulgação da nova Carta.

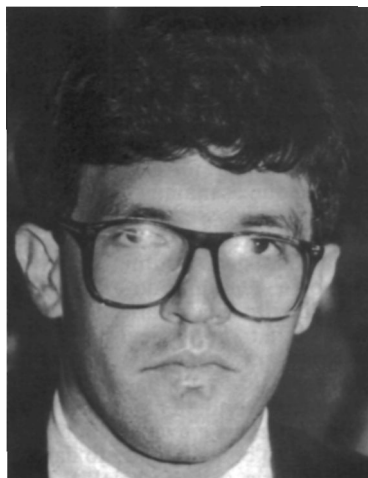
Neste período, o Centro Gráfico do Senado Federal estará preparando uma tiragem de 690 mil exemplares do texto constitucional a ser distribuída entre todos os órgãos públicos do país. Esta tiragem, entretanto, exclui duas outras — uma de 20 mil e outra de 40 mil exemplares que ficaram prontas antes da data da promulgação. A primeira foi distribuída entre os constituintes e os convidados à sessão solene de encerramento dos trabalhos. A segunda tiragem foi destinada a atender às bibliotecas públicas de todo o país, que hoje somam 16 mil e 300, e às câmaras municipais de todos os 4 mil e 132 municípios brasileiros. Em ambos os casos, cada biblioteca receberá dois exemplares da Carta.

Agaciél Maia fala com orgulho de quem acompanhou os momentos mais difíceis do trabalho de produção gráfica de todo o material de apoio da Assembleia Nacional Constituinte e que consumiu cerca de 1 mil e 200 toneladas de papel em mais de 150 tipos de publicação. Agaciél lembra sempre a sua ansiedade durante toda a duração da Constituinte. "Para o início desta tarefa, fomos obrigados a preparar intensamente todo um pessoal jovem da gráfica e lembrá-lo de que antes de uma obrigação estávamos cumprindo uma missão, em que, inclusive, a competência do Cegraf estava em jogo."

Minha ansiedade, bem como a de todos os funcionários do Cegraf, foi sempre no sentido de aliar qualidade editorial à perfeição gráfica, sem descuidar dos estudos

de programação visual do material produzido, pois, afinal, tudo o que nós geramos a partir de nossas máquinas seria um importante documento e acervo históricos", acentou.

A ansiedade do lado da produção, aliás, segundo Agaciél Maia, sempre foi compartilhada com o controle do consumo do material. O diretor do Cegraf lembrou, por exemplo, o caso da tiragem do Projeto de Constituição "D" — a redação final da Constituição —, cuja primeira tiragem foi de 10 mil exemplares. "Entregamos o material numa sexta-feira pela manhã e antes do meio-dia não havia um só exemplar disponível, o que nos obrigou a fazer uma nova tiragem de 10 mil exemplares". O mesmo caso foi registrado, de acordo com ele, no caso do texto final, produzido pela Comissão de Sistematização. Desse texto foram feitas nada menos que quatro tiragens de 20 mil exemplares para atender a demanda. E todo esse esforço sem descuidar da produção do material para os trabalhos rotineiros da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e para as reuniões do Congresso Nacional, lembra Agaciél.



Agaciél Maia adonou o Cegraf, dando celeridade e eficiência na impressão dos projetos, emendas e pareceres